



CPI DAS BARRAGENS CMBH

RELATÓRIO VER. IRLAN MELO



VEREADOR
**IRLAN
MELO**
PELA JUSTIÇA. POR SEUS DIREITOS.

INTRODUÇÃO

A criação da CPI foi uma iniciativa popular, solicitada pelo Gabinete de Crise da Sociedade Civil – GCSC, após a ruptura da Barragem de rejeitos da mineradora Vale na Mina do Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte, localizada a 60 km da capital do estado de Minas Gerais.

O Gabinete de Crise Sociedade Civil representa uma articulação de diversos movimentos sociais, pesquisadores e ativistas políticos do campo ambiental em contraposição ao Gabinete de Estado no sentido de reivindicar o controle social das ações desenvolvidas em torno do crime ambiental promovido pela companhia Vale, no município de Brumadinho e em toda a bacia do Paraopeba, na data de 25 de janeiro de 2019, não se esquecendo do rompimento de Fundão em Mariana na bacia do Rio Doce.

Vale a pena, ressaltar que a CPI das Águas e Barragens da CMBH foi a primeira CPI instaurada após o crime da Vale na cidade de Brumadinho.



NÚMEROS DA CPI

- ✓ 23 reuniões nas quais foram deliberados diversos requerimentos, pedidos de informações e diligência;
- ✓ 6 visitas técnicas;
- ✓ 7 oitivas de especialistas de diversas áreas que contribuíram com o trabalho da comissão apresentando riscos, soluções e estudos a respeito das barragens de rejeitos;
- ✓ 1 audiência pública na Universidade Federal de Minas Gerais quando dos 60 dias do ocorrido em Brumadinho
- ✓ Reuniões com Procurador Geral do Ministério Público e sua força-tarefa Brumadinho e com o Governo do Estado de Minas Gerais,
- ✓ 6 oitivas voltadas às autoridades e principais atores envolvidos com as consequências do desastre ocorrido na cidade de Brumadinho para o abastecimento hídrico de Belo Horizonte.



NÚMEROS DA CPI

- ✓ Seminário "Águas X Mineração" onde a sociedade civil organizada foi ouvida juntamente com diversos especialistas;
- ✓ "Encontro das Câmaras Municipais e Prefeituras pela Segurança Hídrica" no marco dos 6 meses do ocorrido em Brumadinho, onde mobilizamos as cidades cujo abastecimento público de água pode vir a ser comprometido em caso de rompimento de barragens de rejeitos de mineração nas Bacias do Rio Paraopeba e do Rio das Velhas, neste momento um manifesto foi assinado visando fortalecer os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.
- ✓ 70 requerimentos foram aprovados pela comissão, contendo pedidos de informação, de visitas técnicas e de oitivas, incluindo o encaminhamento de ofícios, indicações, moções, bem como a realização de seminário e encontro de municípios.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

CPI quer saber como está captação de água 60 dias após desastre ambiental

CPI DAS BARRAGENS

Vereadores alertam para risco de colapso hídrico em Belo Horizonte

EDITORIAL

A água vai faltar

A possibilidade de uma crise hídrica num futuro próximo constitui uma preocupação que vem crescendo em diversos níveis da administração pública.



ESPECIALISTAS OUVIDOS

- ✓ Sra. Maria Teresa Corujo, representante do Movimento pelas Serras e Águas de Minas - 19/3;
- ✓ Sr. Gustavo Tostes Gazzinelli, integrante da Câmara Técnica do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/MG) e ex-Conselheiro do CERH - 16/4;
- ✓ Sr. Paulo César Horta Rodrigues, do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN) - 23/4;
- ✓ Sr. Marcus Polignano - presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Velhas) - 7/5;
- ✓ Sr. Thomaz Valladares M. Mourão, Engenheiro de Produção e Mestrando em Engenharia de Materiais - 11/6;
- ✓ Sr. Fernando Gabriel Araújo, diretor associado da Fundação Gorceix, coordenador-geral do NanoLab-Redemat e conselheiro da Abraman – 11/6;
- ✓ Sr. Marcelo Belisário Campos DA DT Engenharia – 6/8;
- ✓ Senador Carlos Viana, relator da CPI Brumadinho do Senado Federal - 12/08.



CPI DAS BARRAGENS

A Comissão Parlamentar de Inquérito enviou um total de **40 requerimentos** de pedidos de informações até a data de 06/08/2019. Os questionamentos foram direcionados a diversos órgãos: COPASA, ANM, SEMAD, Defesa Civil, Governo de Minas Gerais, Vale S.A, ANA – Agência Nacional de Águas, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e ao IGAM, sendo que dentre os 40, 31 foram respondidos e que dos 9 restantes, alguns ainda estariam dentro do prazo regimental para resposta.

Das visitas técnicas realizadas pela comissão, duas se deram nos sistemas de produção e tratamento de água da Copasa, sendo as demais realizadas em barragens de rejeito de mineração das empresas Mundo Mineração Ltda. e Vale S/A.

Houve acesso aos dados de 16 barragens no total, a maioria com finalidade de disposição de rejeitos, sendo 6 delas construídas pelo método a montante, sendo que os volumes variaram de menos de 1 Mm³ a até quase 100 Mm³.



PARAOPEBA CONTAMINADO

CPI apura que pode faltar água em BH se captação do Paraopeba não for retomada

Belo Horizonte pode ter que racionar água a partir de 2020

Sem chuva suficiente e captação no rio Paraopeba, moradores podem sofrer com rodízio graças ao rompimento de barragem da Vale

MINAS GERAIS

Lucas Pavanelli, do R7

© 04/07/2019 - 18h45



A-

A+



CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

- ✓ A atividade minerária impacta diretamente nos ciclos das águas e comprometem a preservação dos aquíferos. É uma ameaça direta aos recursos hídricos.
- ✓ A segurança hídrica de Belo Horizonte e Região metropolitana está de fato ameaçada pelas barragens de rejeitos das mineradoras sediadas nas bacias do Rio Paraopeba e no Rio das Velhas.
- ✓ Eventual rompimento das barragens de Forquilhas, Maravilhas ou Vargem Grande implicaria na destruição da área de captação de água de Bela Fama, que é a principal fonte de captação de Belo Horizonte.
- ✓ O desenvolvimento das cidades e estados não dependem da mineração. As arrecadações obrigatórias que recolhem ao Poder Público são ínfimas considerando as receitas das mineradoras, que têm promovido um rastro de morte, doenças, danos morais e patrimoniais que não são devidamente contabilizados.
- ✓ Constatamos uma precarização do processo de fiscalização das barragens. É necessário que o Poder Público fiscalize de forma mais assertiva e frequente as estruturas.

CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

- ✓ Não podemos aceitar a autofiscalização por parte das próprias mineradoras.
- ✓ Nos processos de licenciamento e concessão de outorgas devem ser considerados de forma sistêmica as implicações para o abastecimento de água do município de Belo Horizonte, considerando como item obrigatório analisar a viabilidade social e ambiental dos pedidos vigentes.
- ✓ constatação clara de que a estrutura das barragens já é uma tecnologia ultrapassada e com alto risco potencial.
- ✓ é preciso que as mineradoras invistam em tecnologias mais eficientes e que o Poder Público cobre dos empreendimentos estruturas que ofereçam, de fato, maior segurança, risco mínimo e monitoramento contínuo e efetivo.
- ✓ as medidas apontadas, principalmente pela Vale não são suficientes e seguras. É necessário pensar em novas soluções sustentáveis, não só no risco iminente.



CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

- ✓ As medidas apontadas, principalmente pela Vale não são suficientes e seguras. É necessário pensar em novas soluções sustentáveis, não só no risco iminente.
- ✓ A cidade ainda não possui um plano B de abastecimento, seja por questões climatológicas ou antrópicas.
- ✓ Não podemos aceitar negligência e omissão por parte do Estado. Este deve garantir que existam medidas que sustente não apenas de operação dos empreendimentos minerários, mas dos planos de descomissionamento e descaracterização das barragens, bem como dos planos de recuperação da área ambiental e do encerramento e fechamento da mina.
- ✓ Além da indenização devida à nossa cidade pela paralisação da estrutura de captação de Paraopeba e o efetivo dano ao abastecimento hídrico de Belo Horizonte, entendemos ainda pela configuração de um dano moral coletivo advindo do dano ambiental.





VISITA TÉCNICA

CPI das Barragens vai visitar ponto de captação da Copasa no Rio Paraopeba



CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

- ✓ Entendemos que deve existir o estímulo para a criação de **ÁREAS LIVRES DE MINERAÇÃO**.
- ✓ **defendemos o FIM DA MINERAÇÃO COMO UTILIDADE PÚBLICA** - REVOGAÇÃO IMEDIATA do Decreto Lei 3.365, de 21 de junho de 1941.
- ✓ **NECESSÁRIA PARTICIPAÇÃO DA CMBH E PBH EM TODOS OS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS QUE ENVOLVAM QUESTÕES RELATIVAS À GARANTIA DO ABASTECIMENTO HÍDRICO.**

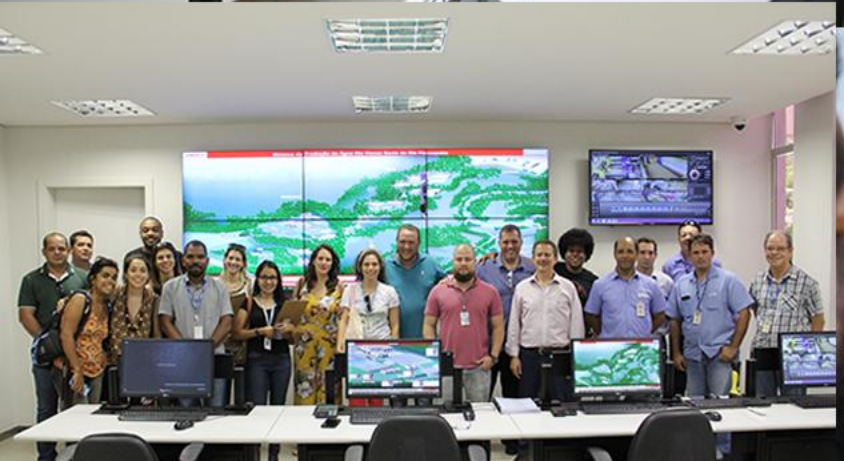


ENCAMINHAMENTOS E RECOMENDAÇÕES

O presente relatório conclui que existe ameaça efetiva à segurança hídrica de Belo Horizonte e Região Metropolitana pelas atividades de mineração na região e, desta maneira, fizemos recomendações aos seguintes órgãos:

- ✓ PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
- ✓ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
- ✓ CONGRESSO NACIONAL
- ✓ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
- ✓ CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
- ✓ MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
- ✓ GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
- ✓ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
- ✓ VICE GOVERNADORIA DO ESTADO DE MG
- ✓ VALE , ANGLOGOLD ASHANTI E CSN
- ✓ AGÊNCIA METROPOLITANA
- ✓ IGAM
- ✓ SEMAD
- ✓ COPASA





VEREADOR
**IRLAN
MELO**
PELA JUSTIÇA. POR SEUS DIREITOS.

OBRIGADO

